



## “UMA RAINHA NEGRA ENTRE OS SÚDITOS BRANCOS”: TRAJETÓRIA DA INTELLECTUAL NEGRA CONCEIÇÃO SOARES LOPES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ILHÉUS

## A BLACK QUEEN AMONG WHITE SUBJECTS”: TRAJECTORY OF THE BLACK INTELLECTUAL CONCEIÇÃO SOARES LOPES IN THE HISTORY OF EDUCATION IN ILHÉUS

1

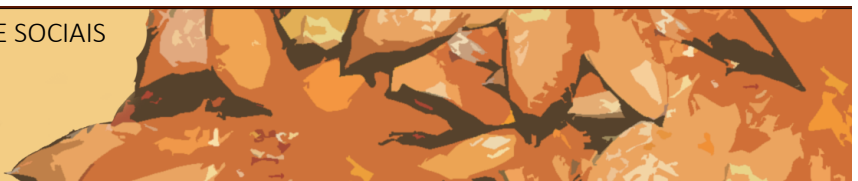
Cristiane Batista da Silva Santos<sup>1</sup>  
UESC/DCIE/PPGE/GRUPPHED

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v4i2.13355>

**Resumo:** Este capítulo discute a trajetória da intelectual negra Maria da Conceição Soares Lopes, na cidade de Ilhéus-Bahia, entre as décadas de 1920-1990. A discussão objetiva destacar como, para além de uma biografia, sua atuação política se aproxima dos conceitos de intelectualidade e protagonismo negro trazendo novas perspectivas para a História da Educação em consonância com o atendimento à Lei n. 10.639/03. O texto ressalta a necessidade do reconhecimento e da inserção, no ensino, das histórias invisibilizadas da população negra a partir da experiência de mulheres, a exemplo da trajetória de Conceição Lopes, que impactaria no currículo da Educação Básica. Destarte, o capítulo baseia-se nos aportes teóricos entre a História Social e a História da Educação, dialogando com fontes documentais como jornais, impressos, fotografias, acervos particulares digitalizados e escrita memorialística regional através da metodologia de pesquisa documental, colocando em relação a micro-história com a abordagem biográfica. As reflexões teórico-metodológicas que fundamentam o capítulo têm apontado que a inserção da trajetória de mulheres negras protagonistas fortalece a identidade e luta contra o racismo estrutural que perpassa a Formação Inicial de professores e abarca o ensino na Educação Básica. A trajetória de Conceição Lopes evoca novas abordagens e metodologias de ensino antirracistas, interseccionais e revisa o conceito de intelectualidade negra.

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Étnicos e Africanos - CEAO, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Cultura e Memória/ UNEB. Professora Adjunta da UESC - Universidade Estadual de no DCIE- Departamento de Ciências da Educação, lecionando nos cursos de licenciatura e no Mestrado Profissional em Educação - PPGE. Integra o Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação - GRUPPHED coordenando a Linha III- População negra na Bahia: História da Educação e Ensino de História. Como pesquisadora desenvolve o projeto de Pesquisa Histórias da Educação, Racialização e Trabalho entre a escravidão e o pós-abolição no sul da Bahia: dos Soares Lopes à produção de narrativas para sala de aula, na intersecção entre História da Educação, História dos Intelectuais Negros. E-mail: cbssantos@uesc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7582-6582>





**Palavras-chave:** Trajetória, Intelectual negra, Conceição Lopes, História da Educação

**Abstract:** This chapter discusses the trajectory of the black intellectual Maria da Conceição Soares Lopes, in the city of Ilhéus-Bahia, between the 1920s and 1990s. The discussion aims to highlight how, in addition to a biography, her political activity approaches the concepts of intellectuality and black leadership, bringing new perspectives to the History of Education, according to the Law n. 10.639/03. The text highlights the need for recognition and inclusion at the scholar curriculum of the invisibility stories of black population, based on the experience of women, such as Conceição Lopes, which would impact the Basic Education curriculum. Thus, the chapter is based on theoretical contributions between Social History and the History of Education, dialoguing with documentary sources such as newspapers, photographs, digitized private collections and regional memoirists writing. It will be managed through the methodology of documentary research, in a relation between micro-history and a biographical approach. The reflections that underpin the chapter have pointed out that the inclusion of the trajectory of black female protagonists strengthens identity and confront structural racism that permeates Initial Teacher Training and include teaching in Basic Education. Conceição Lopes' trajectory evokes new anti-racist, intersectional approaches and teaching methodologies and it is able to overhaul the concept of black intellectuality.

2

**Key-words:** Trajectory; Black intellectual; Conceição Lopes; History of Education.

## Introdução

Os velhos argumentos para excluir as populações negras do ensino de História, bem como da historiografia regional, não resistem a uma atenta pesquisa sobre as mulheres negras na região cacauera. Este texto apresenta a trajetória de uma dessas mulheres, a quarta geração de uma família de professores negros situados na capital em finais do século XIX e no sul da Bahia ao longo do XX. As trajetórias desses sujeitos problematizam pontos de fulcrais interesse: os discursos sobre a educação e o acesso à escolarização da classe trabalhadora, a migração para o promissor sul da Bahia e a atuação docente/política como sujeitos negros em mobilidade social. Os Soares Lopes constituem-se nas exceções fenotipicamente negras em meio às elites da região cacauera na Primeira República, destacando-se no cenário educacional e político, sendo largamente citados pela imprensa, aparecendo nas fotografias e livros de memórias destes grupos de modo recorrente<sup>2</sup>. Mas são as relações de poder e atuação dos Soares Lopes como

<sup>2</sup> CAMPOS, João da Silva. Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.





professores que nos interessam como linha de tempo biográfica para arrolar outros processos como o acesso a uma Instituição de Ensino Normal e atuação destes em cargos como a direção de uma Escola Agrícola em Água Preta, antigo distrito de Ilhéus. Posteriormente tiveram seus sobrenomes associados ao exercício público em diversos cargos como o pai, João Baptista, nas funções de médico e Diretor de Higiene e pai e filha atuaram por várias décadas como oradores oficiais citados entre as principais organizações sociais locais.

A documentação que os rastreia inicia-se desde o século XIX, na década de 1860, na capital<sup>3</sup>, e revela uma família de pretos livres e/ou libertos – categorias jurídicas distintas-, alfabetizados e com acesso a mobilidade social. O avô de Conceição, Caetano Alberto Soares Lopes, atuava como professor e armador e na capital foi de onde retirou recursos para matricular o filho, João Baptista, na Escola de Medicina – FAMEB, de Salvador, num período em que se constituía um acesso raro para negros. Após sua formatura em 1898 e casamento com Laura Ferreira, o médico João Baptista Soares Lopes foi para Tabocas em 1899 - hoje Itabuna e na época um distrito - onde residiram, tiveram seis filhos e ali permaneceram até 1912, ocasião na qual, a convite de dois membros da elite ilheense, mudaram-se para Ilhéus, onde assumiu o cargo de Delegado de Higiene.

A vida de docência e influência política desnuda, em paralelo, acontecimentos contemporâneos às suas trajetórias que traduzem a mentalidade das elites sobre a relação escolarização e trabalho na região cacauceira como negros, docentes, médicos, advogados e, embora não inscritos nos currículos regionais, estão vivos na memória revelando como a “memória individual é parte constitutiva e inseparável da memória coletiva”.<sup>4</sup> Os Soares Lopes atuaram como peças importantes na História da Educação a partir do Instituto Piedade, Ensino primário, aulas de música e piano. Destarte, estavam alocados nas elites locais a partir dos mundos do trabalho, seja na medicina, docência, advocacia, vereança e cargos de distinção como presidência de grêmios e associações. Portanto, estas dimensões de reflexão são fundamentais para perceber como a trajetória profissional e política desta família negra é um fio condutor para adentrar a dinâmica excludente às demais pessoas “de cor” por entre as elites cacauceiras. A trajetória de Conceição Lopes foi marcada como a única mulher preta retinta ou, nos termos da Primeira República “de cor”, com acessos aos espaços onde corpos negros só

<sup>3</sup> As fontes utilizadas no projeto foram fotografadas em lócus em diferentes tempos/espaços como o APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia e na BPEBA –.

<sup>4</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, p.124.





transitavam em serviços domésticos, manuais, nas cozinhas dos coronéis ou quebrando o cacau nas fazendas, destoando da população negra em contrapartida ao ideário regional de racialização e os silêncios e discursos sobre a cor.<sup>5</sup>

A presença da população não branca na História da Educação em Ilhéus é um campo de pesquisa ainda em crescimento e, embora seja uma região de consagrada produção historiográfica, as questões atinentes à economia dominaram a cena até que, nas duas últimas décadas *par e passo* com a temática da escravidão, outros olhares entraram em cena. Ainda assim, a História da Educação, mesmo sem a ênfase na questão étnico-racial, só passou a sistematizar-se como tal bem mais recente com a constituição de um grupo de Pesquisa com este objeto central.<sup>6</sup>

A região cacauera tem sido objeto de estudo desde a situação social dos afrodescendentes após a abolição da escravidão (em 1888) e o advento do Estado republicano (em 1889) que não garantiram a igualdade de direitos civis entre os diferentes grupos socioeconômicos existentes em Ilhéus, sobretudo para a população afrodescendente<sup>7</sup> que enriqueceu a região do cacau.<sup>8</sup>

A primazia dos estudos sobre a História da Educação no âmbito regional conta com Arléo Barbosa<sup>9</sup>, Ivaneide Silva, que pesquisou a História e Educação Religiosa de 1916-1930, destacando a Educação das Ursulinas no Instituto Piedade em Ilhéus<sup>10</sup>, a História da Educação em Itabuna de Raimunda Assis<sup>11</sup>, Luiza Heine e a História do IME<sup>12</sup> e Renée Albalgi no

<sup>5</sup> O conceito de racialização na Bahia pode ser encontrado nas discussões propostas por ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *A Exaltação das Diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000317725> Acesso: 09/05/2010.

<sup>6</sup> UESC- DCIE - GRUPPHED

<sup>7</sup> SANTOS, Cristiane Batista da Silva. *Memórias do trabalho no pós-abolição: escravos, libertos e livres pobres, da escravidão para a produção na Usina de João Branco no sul baiano oitocentista*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

<sup>8</sup> PONTES, Kátia Vinhático. *O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacauera no sul da Bahia (1920-1947)*. Tese (Doutorado): Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2018

<sup>9</sup> BARBOSA, Carlos Roberto Arleo. *A rede pública de ensino médio em Ilhéus: análise de um trajeto histórico: décadas de 1940 a 1980*. 2001. Dissertação.

<sup>10</sup> SOUZA, Ivaneide

<sup>11</sup> ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. *A Educação em Itabuna: um estudo de organização escolar, 1906-1930*. Ilhéus - Ba: Editus, 2006.

<sup>12</sup> HEINE, Maria Luiza IME: *O sonho de Eusínio Lavigne 1939-1999: 60 anos de história*. Editus, 2000 136 p.il



centenário da Piedade.<sup>13</sup> Em algumas teses, de modo breve, tanto a educação quanto os Soares Lopes apareceram de modo atrelado a outras questões centrais da pesquisa como Phillipe Murilo Carvalho<sup>14</sup>, Cristiane Batista da S. Santos<sup>15</sup> e, mais recentemente, um artigo sobre as normalistas da Piedade<sup>16</sup>. No entanto, um traço comum nestas reflexões é a ausência da abordagem da História da Educação dando relevo à colaboração das populações negras no espaço escolarizado.<sup>17</sup> Tal revisão, portanto, dá robustez a ideia de que embora não se constitua uma excepcionalidade, as famílias negras e os docentes intelectuais nas primeiras décadas do Brasil Republicano, sobretudo na Bahia, em Ilhéus, permanecem na invisibilidade.

Este texto lida com a categoria de itinerários negros docentes entre a capital e o interior da Bahia. São sujeitos mapeados em Ilhéus, no início do século XX, que tem em comum a docência, a cor e uma história particular de migração e trabalho diferente dos seus locais de atuação. Foram os sujeitos que após as experiências de estudo e formação na capital mudaram-se para o Sul do Estado, nas demandas que a economia cacaueteira criou de mão de obra especializada.

No período imediato ao pós-abolição e o advento de discursos fundadores da República, da Modernização e do Higienismo exigia um esforço das populações negras para, em meio aos discursos de eugenia, conquistar a respeitabilidade, sendo homens e mulheres “de cor” do início do século. Conceição nasceu em 1905 e cresceu circulando por espaços e pessoas com situações em que a mulher branca do lar e cumpridora da moralidade deveria compreender desde cedo seu papel na construção da nação. Ilhéus coadunava com os papéis de cor e gênero, sobretudo

---

<sup>13</sup> NOGUEIRA, Renée Albagli (coord.); Histórias e memórias do centenário do Instituto Nossa Senhora da Piedade: 100 anos de existência 1916-2016. Comissão de coordenação Alfredo Amorim Silveira ... [et al.]. - Ilhéus, BA: Editus, 2016. 240 p.: II

<sup>14</sup> CARVALHO, Philipe Murillo S. de. Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934). Tese (doutorado) – UFBA: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.

<sup>15</sup> SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia, Editus, 2019, 390 p. ISBN: 9788574555454/ ISBN: 9786586213218/ DOI: <https://doi.org/10.7476/9786586213218>

<sup>16</sup> SILVA, Martha Raíssa Iane Santana da. GOMES, Larissa Pinca Sarro. A formação de professoras na Escola Normal Nossa Senhora da Piedade (1919 a 1925). Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1664-1680, out./dez. 2020

<sup>17</sup> MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “Educação e trajetórias de negros na Bahia: inclusão, exclusão e resistência”. In: Amorim, Lima Jr e Menezes, Educação e Contemporaneidade: processos e metamorfoses”. Rio, Quartet, 2009. Ver Cadernos do IAT no. Especial sobre Anísio Teixeira, 1987. Republicado na Revista da FAEBA número 13, 2000, em [www.revistadafaeaba.uneb.br](http://www.revistadafaeaba.uneb.br)



com a ideia de que restava apenas à elite política dominada por homens, como postula José Murilo de Carvalho.<sup>18</sup>

O acesso do médico e professor negro, sua esposa e seis filhos negros, onde a única filha segue os passos do pai revela as articulações de sobrevivência ao racismo operante nos idos da década de 1920 e dialoga com a realidade nacional onde muitas famílias negras como aquela viam no estudo e na vida intelectual um futuro para os seus filhos no período posterior à escravidão sob o prisma dos mundos do trabalho, da educação e racialização.<sup>19</sup>

A discrepância acentuada entre o lugar ocupado pela maioria da população negra em Ilhéus e os Soares Lopes em Ilhéus ressaltava a diferença da realidade da capital onde as famílias negras intelectuais e com posses materiais eram numerosas. Já no sul da província o que seria incomum exigiria bem mais que Conceição Lopes se amparasse em sua trajetória familiar bem-sucedida na capital para sobreviver no sul.

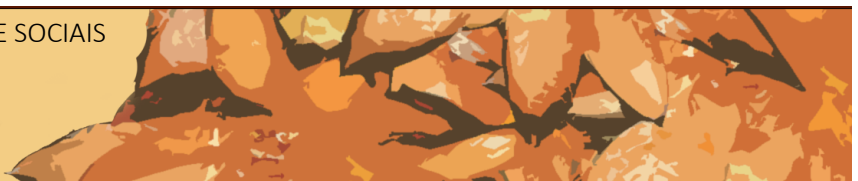
O diagrama familiar de Conceição Lopes abriga uma trajetória de descendentes de africanos que migram da capital para o interior sem, contudo, desviar-se dessa condição de ser intelectual, docente e com acesso ao mundo escolarizado. Ela nos permite interrogar as possibilidades de escolarização da mulher preta como o caminho traçado para inserção profissional. A biografia de Conceição deve ser compreendida pelos atravessamentos de seu tempo numa conjuntura econômica regional cuja mentalidade das elites masculinas e brancas reservavam às mulheres, sobretudo negras, lugares limitados de vida profissional e distante do exercício de cargos.

Tais limites foram transpostos por ela na sociedade ilheense entre 1923 e 1990, década que faleceu - numa cidade que, ao lado de estreitas relações e sobrenomes comuns entre si, ainda era limitadora pela moralidade pública que ditava que, diferentemente dos homens, as mulheres deveriam ter raro acesso ao ensino superior, preparar-se para ser do lar e enclausuradas no mundo privado como traços do que sempre esteve presente na História das Mulheres.<sup>20</sup> Mas, se este modelo de mulher universal e branca já tinha seus espaços reduzidos

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.

<sup>19</sup> DOMINGUES, Petrônio. "Um Desejo Infinito De Vencer": O Protagonismo Negro no Pós-Abolição. *Topoi*, V. 12, N. 23, Jul. Dez. 2011, P. 118-139

<sup>20</sup> SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.





pelo gênero, como mensurar a vida da mulher preta retinta que, além de não voltar-se para o lar, ansiava trabalho, vida pública e cargo político como o fazia Conceição Lopes?

O estudo sobre sua vida deve considerar que uma trajetória carrega em si rupturas e descontinuidades que devem ser evidenciadas e encaradas como parte da análise.<sup>21</sup>

## Historiografia e História da Educação em Ilhéus

7

A região cacaeira tem vasta produção e lacuna sobre a abordagem dos sujeitos não-brancos sob diversos aspectos, dada a sua pujança econômica, indo desde a literatura até as áreas mais diversas do conhecimento. Neste sentido, os conteúdos curriculares, o ensino de História e a História da Educação deveriam apresentar a importância das populações étnico-raciais construindo a riqueza que gerou a gama de produção das histórias das elites.<sup>22</sup> Nestas, os protagonistas são coronéis muitas vezes iletrados, mas que discursavam sede de “civilização” e “progresso”, subjugando os ex-escravizados e seus descendentes que compunham as camadas pobres, negras e vulneráveis da sociedade que deveriam ser integradas aos mundos do trabalho urbano em obras e serviços ou na zona rural, local dedicado especificamente aos processos de cultivo até a embarcação do cacau. Mas as micro-histórias de mulheres fazem emergir narrativas como a vida e trajetória de Conceição Lopes.<sup>23</sup>

A História da Educação em Ilhéus ainda pauta-se na versão branca de suas cadeiras públicas e particulares, docentes e instituições que demarcam essa ideologia de redenção através do trabalho enquanto discurso que compunha o repertório das elites para o Ensino Primário na Bahia.<sup>24</sup> Os Soares Lopes integraram esta elite intelectual a partir de suas trajetórias

---

<sup>21</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Sobre a micro história. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 135-164.

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Antonio S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós- Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

<sup>23</sup> Neste texto, opta-se pelo caminho metodológico dos pressupostos da micro-história como discute LIMA, Henrique Espada. A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>24</sup> LUZ, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2009, pp. 127-128.





individuais, mas apoiados numa rede de sociabilidades e contatos que marcou o acesso de negros escolarizados em cargos públicos no pós-abolição.<sup>25</sup>

Pesquisas específicas sobre a História da Educação reafirmam que havia muitos pretos na lavoura do cacau. No entanto, a presença destes na escola não era um fato tão comum considerando-se que outros depoentes afirmaram a existência nas salas de aulas de uma ou outra criança negra<sup>26</sup> assim como revela a análise das fotografias do Instituto Piedade em Ilhéus<sup>27</sup>.

A história dos/as negros/as no pós abolição é mais complexa do que até recentemente imaginávamos.<sup>28</sup> Revisito os ideais de democracia racial<sup>29</sup>, as interpretações da mestiçagem,<sup>30</sup> uma vez que estavam nas ações das elites cacaeiras que colocavam em prática com ideais de embranquecimento de modo seletivo em suas reuniões sociais, cargos e projetos de escolarização para os filhos dos trabalhadores do cacau, bem aos moldes da reprodução de formas de dominação tradicionais anteriores a 1888.

Muitos aspectos indicam os sujeitos e as instituições que compunham o universo da escolarização em Ilhéus nas primeiras décadas do século XX, incluindo resultados de produção historiográfica e obras que se mesclam a aspectos memorialísticos de importante coleta de dados para esse debate.

Ser uma professora negra - “negro” seria a soma de “pretos” e “pardos” - no magistério no sul da Bahia no início do século XX não faz de Conceição Lopes uma exceção. Havia outras docentes não-brancas contemporâneas a ela nos mais diversos lugares. Segundo Carvalho, desde o Império, já não era raro encontrar negros com acesso à educação formal.<sup>31</sup> A diferença reside no registro da vida profissional na esfera pública, mas tampouco a qualifica como a regra:

---

<sup>25</sup> SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau: negros em festas, sociabilidades e racialização no sul da Bahia (1870-1919). Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

<sup>26</sup> ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. A educação em Itabuna: um estudo da organização escolar, (1906 - 1930) / Raimunda Alves Moreira de Assis. - Ilhéus, Ba: Editus, 2006. 186p. : il.

<sup>27</sup> NOGUEIRA, Renée Albagli (coordenadora); Histórias e memórias do centenário do Instituto Nossa Senhora da Piedade: 100 anos de existência 1916-2016. Comissão de coordenação Alfredo Amorim Silveira ... [et al.]. - Ilhéus, BA: Editus, 2016. 240 p.: II

<sup>28</sup> MATTOS, Hebe. “Os combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros”. Tempo, Niterói, v. 3, n. 6, p. 119-138, 1998

<sup>29</sup> Guimarães, A. S. A. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.

<sup>30</sup> SKIDMORE, T. E. Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>31</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998.





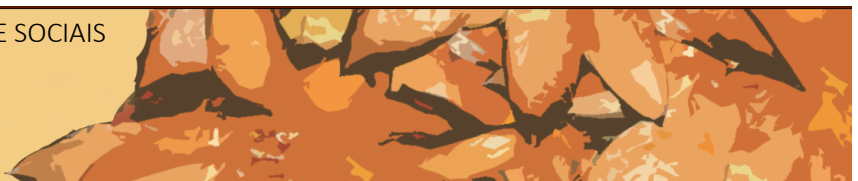


ser negra e ter acesso ao curso do magistério da Escola Normal das elites locais era acessível para poucas. Era preciso ter condição étnica, branca, e financeira abastada, para ser umas das senhorinhas alunas-mestras publicadas nos jornais locais a cada formatura no Instituto Piedade, em Ilhéus. Para discutir as facetas da identidade étnico-racial negra, privilegiei um campo de análise específica, qual seja a cidade de Ilhéus, tomei como sujeita de minha investigação a docente Conceição Lopes, como elemento que despontava.

No ano de 1915, inaugurou-se o grupo Escolar Colégio General Osório com muitas notas de elogio às elites e publicações que se constituem num exercício de leitura das colunas sociais, das atividades políticas e reuniões religiosas a um só tempo. A partir de 1919 foi solicitado ao governador da Bahia autorização para o funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora da Piedade, destacada pelos jornais: *O Comércio*, *O Correio de Ilhéus* e o *Diário da Tarde*, dentre outros da capital que noticiavam o promissor sul do Estado cacauero. Além da existência das escolas públicas e particulares, pululavam cursos de datilografia e a Escola Agrícola, que tornou-se foco de atenção das oligarquias locais para obtenção de mão de obra qualificada, mas apenas o suficiente para o registro e manuseio das lavouras cacaueras para os quais o ensino elementar já estaria satisfatório. Enquanto na zona rural o aprendizado agrícola se estruturava como a principal via de acesso de instrução para os pobres, no espaço da cidade e seus distritos ganhou peso a ideia de escolarização por iniciativa também de Associações Comerciais com um ensino técnico para dar suporte ao dinâmico crescimento econômico. Por sua vez, as associações de operários, artistas e pescadores criavam espaços de escolarização para seus filhos como parte de suas conquistas.

## **De normalista negra a diretora da Escola Agrícola**

O acesso de Maria da Conceição Soares Lopes à vida profissional deu-se a partir da Escola Normal da Piedade, cujas relações de sociabilidade política estavam vinculadas, inicialmente, ao fato de seu pai, Dr. J.B. Soares Lopes, atuar como médico clínico, Delegado de Higiene e professor de Química e Física. Outra justificativa no contexto histórico estadual é que sua entrada no magistério coincidiu com a expansão da oferta do ensino primário no país e, para isso, a elite ilheense investiu na formação de professoras para atuar no magistério que,





neste contexto, tinha gênero: era feminino<sup>32</sup> por excelência. A instituição educacional religiosa em questão destinava-se para moças ricas e mantinha outra instituição, de caráter assistencial, para as meninas de grupos não abastados de modo que, junto ao Colégio N. S. da Piedade, foi fundada a Escola Santa Ângela.

Bell Hooks explica a diferença desta educação para as alunas negras, meninas das classes trabalhadoras que tinham três opções de carreira: casar-se, trabalhar como empregada ou lecionar.<sup>33</sup> Este era o caminho esperado para as pobres e negras. Mais do que lecionar, que já era por si um ato fundamentalmente político, iniciava-se, individualmente, a luta antirracista. Mas se Conceição teve acesso, isso se deu pelo fato de o pai ser professor e por ela ser a única negra a acessar aquele espaço por tais meandros. Ao longo de sua trajetória, Conceição fez um grande nome de credibilidade profissional, provou sua autonomia e não se comportou como as demais normalistas que, logo após a formatura, tendiam a casar, ter filhos e compor um cenário do lar. A formatura, em dezembro em 1923, foi o primeiro passo daquela que se tornou conhecida como a “primeira negra” em muitos espaços, que seria também a primeira vereadora negra do município, a primeira oradora negra em nome da Associação Damas da Caridade, a primeira formada em música na capital e professora de piano na Piedade. Ao integrar este lugar de elite intelectual isto não significou sua passagem para a condição de elite econômica, pois Conceição não enriqueceu financeiramente. A fama, o prestígio, a transição livre e requerida nas mansões e reuniões sociais mais seletas das elites não lhe deu status econômico e até o fim da vida exerceu atividades diferentes para o seu sustento. Até a década de 1980 estava atuante em diversas frentes, vindo a adoecer e falecer na década seguinte, em 10 de junho de 1994.

É neste sentido que tratar de sua trajetória requer, por sua vez, tratamentos metodológicos como os quais Pierre Bourdieu (2007, p. 81) alerta sobre a ideia de trajetória de vida, que deve ser entendida como “(...) série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes relações.”

Conceição colecionava uma série de lugares sociais e profissionais em que teria sido ela a “primeira” e embora a questão étnica seja silenciada nos textos alusivos à educação ou

---

<sup>32</sup> LOURO, G. Gênero e magistério: Identidade, História Representação. In: CATANI, D. B. (org.) Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Escrituras Editora Paulo: 1997 e ver também: LOURO, G. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, M. D. (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.  
<sup>33</sup> hooks, 2013).



escolarização em Ilhéus, o contexto se desdobra num elenco nominativo, num círculo de sobrenomes que revelam a origem e o pertencimento.

O quadro de fotos de formandas da Escola Normal do Instituto Nossa Senhora de 1923 nos permite uma leitura racializada ao notar que somente dois negros estavam neste mural, pai e filha, Conceição Lopes e Dr. João Baptista Soares Lopes, professor da turma. Era a sociedade cacauceira demonstrado, na prática, como deveria ser a aparência física e racial de uma nação.

Fotografia: Professorandos de 1923



Fonte: Disponível em [http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais\\_20170620/histememo\\_insp.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais_20170620/histememo_insp.pdf).<sup>34</sup>

O pai de Conceição era também delegado de Higiene e, por isso, fazia parte da política higienista da Educação na primeira República em Ilhéus.<sup>35</sup> A partir desta formatura, em 1923, na Escola Normal do Instituto Piedade e até a década de 1990 ela ocupou recorrentes espaços nos jornais, colunas sociais e registros fotográficos como a única mulher preta presente e, não obstante, sempre ao centro da mesa ou com a palavra e o microfone nas mãos. Sua presença era sempre sinal de organização, liderança ou referência de credibilidade. Contraditoriamente, sua presença permanece invisibilizada no ensino de História Regional.

<sup>34</sup> Acesso em 1 de out. de 2021.

<sup>35</sup> GONDRA, J. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



## Diretora em Água Preta

A biografia de Conceição Lopes ainda nos leva para além da Escola Normal. Sua biografia invulgar não só pode ser tema da História local e regional, mas problematizar os conceitos de mulher negra, protagonismo e intelectualidade. Foi por esse mérito, o da inteligência, que Conceição passou a ocupar cargos de direção desde o primeiro emprego, publicado no Jornal *O Comércio* em dezembro de 1924, como diretora de uma escola mista, cargo ocupado devido a sua capacidade de gerir um projeto que impulsionaria a aprendizagem agrícola numa região em que a lavoura cacaueteira ditava a vida política e econômica das fortunas das famílias dos coronéis. Esta escola era de total atenção e interesse dos coronéis, pois lidava com o seu futuro empregado no cacau.

Seu primeiro cargo como docente foi nesta escola rural e mista e depois transformada em escola agrícola de capatazes. O perfil racial daquela escola situada no distrito de Ilhéus mais rentável, Água Preta, nos faz refletir em quais espaços e como estudavam as populações negras rurais do Cacau. Conceição Lopes assumiu a direção em dezembro de 1924<sup>36</sup>.

Podemos ler no conjunto da documentação que a diversidade de iniciativas por parte das elites locais no controle do ensino estava em consonância com as ações deliberadas a partir da capital do Estado. Nesta região sul, a lavoura cacaueteira deu contornos específicos que tangenciaram uma preocupação das elites no campo educacional associado à produção da lavoura, o ensino agrícola, incentivando o governo do Estado, no intuito de fomentar a lavoura, a criar, em 22 de janeiro de 1918, quatro inspetorias agrícolas, das quais três tiveram suas sedes estabelecidas no interior e uma destas foi designada a cidade de Ilhéus.<sup>37</sup>

Quem seriam esses meninos pobres da Escola Agrícola senão os filhos dos pais e mães sem trabalho do período pós-abolição? A maioria de meninos desassistidos eram etnicamente não-brancos, filhos da escravidão que estavam na segunda ou terceira geração familiar e que somente agora acessavam oficialmente um espaço escolarizado. O Sr. Góes Calmon, governador da Bahia na década de 1925, protagonizou uma reportagem intitulada “A

<sup>36</sup> FBN, Boletim da Sociedade Cacaueteira, década de 1940.

<sup>37</sup> SILVA CAMPOS, João da. Crônicas da Capitania, p. 302.



Olygarchia em marcha”<sup>38</sup>, que ofereceu uma longa lista de parentes nomeados em cargos variados. Dentre eles estava Paulino Góes, designado diretor do Horto de Juazeiro.

Em 1925 o Governo Federal iniciou, em Ilhéus, a Estação Experimental, transferindo-a para Água Preta, para uma fazenda de nome Pancada Formosa, adquirida pelo estado para ser oferecida à União.<sup>39</sup> Foi nesta fazenda que Conceição Lopes iniciou sua carreira profissional. Era uma escola com vistas a assegurar a manutenção da mão de obra na lavoura com formação específica para o aumento da produtividade, agregando a segunda e terceira geração dos filhos dos ex-escravizados no período pós-abolição. Assim como em outras regiões pródigas como o Recôncavo e o sertão, o ensino agrícola tornou-se o alvo do controle e investimento das elites locais. Mais que alfabetizar no espaço urbano e propagar o discurso da adesão ao projeto de modernização e civilização, os coronéis do cacau precisavam assegurar a integração dos negros às sociedades de classes verticalizadas já em curso. Como parte do projeto nacional de educação agrícola e rural para reprodução da mão de obra produtora dos lucros, Ilhéus teve a criação desta estação experimental.

Conceição Lopes, vestida com sua beca da formatura, teve então sua fotografia de busto numa quarta-feira, 24 de Dezembro de 1924, quando o jornal O Commercio tratava sobre o futuro e isto no seu discurso passava pelo “Aprendizado Agrícola”<sup>40</sup>. Com esta boa previsão, o ano letivo de 1925 seria diferente para os moradores do distrito de Água Preta. Para parte urbana da cidade, as elites também tinham planos. Em primeiro de janeiro de 1925 inauguraram o grupo Escolar do Pontal e seguiam com outras modalidades de escolarização, desde as escolas das colônias de Pescadores, Instituto Normal e Colégio de Aplicação Santa Ângela, além das demais escolas primárias e as particulares, disputando espaços nos jornais locais.

A história de vida e a trajetória profissional de Conceição Lopes encontra-se com o projeto republicano das elites regionais. A nomeação de uma professora como cargo de confiança era a demonstração local de uma rede de poder de âmbito estadual em que o sobrenome garantia a nomeação, publicação em jornais e consagração social de filiação como garantia de desempenho e responsabilidade.

Isto posto, temos um desenho em que os espaços de escolarização inseriam as populações não brancas em nichos controlados para um devir, um projeto civilizador que

<sup>38</sup> FBN, Correio do Povo: Orgam Independente, Noticioso e Informativo (BA) – 1925, ed. 00180, p.01.

<sup>39</sup> FBN, Mensagens do Governador da Bahia para Assembleia (BA) - 1892 a 1930, 1925, ed0001.

<sup>40</sup> BPEBA, O Comércio, 24 de dezembro de 1924, p.1.

definia às classes subalternas matriculadas uma projeção dos profissionais que deveriam sustentar a região do cacau na próximas décadas na condição de filho alfabetizado, funcional no espaço rural, como filho do pescador nas diversas colônias urbanas da zona sul de Ilhéus, ou como mão de obra qualificada para servir na zona rural onde o cacau era produzido em arrobas para exportação. Conceição Lopes agregou, sob sua direção, uma escola que aglutinasse os filhos dos trabalhadores: meninos e meninas que deveriam ter aprendido teórico e prático para serem funcionais do mundo produtivo do cacau. Paulino Góes, por sua vez, ao indicá-la, demonstrava como se dava, na prática, a redistribuição de indicações e a dinâmica do projeto nacional de ensino agrícola. Segundo a nota do jornal, a referência para a professora indicada era o pai, o médico humanitário, e seu sobrenome como credibilidade construída desde 1912 na cidade. A grande agricultura ditava a escola, o ensino, as nomeações a partir da produção de cacau, fumo e o algodão nas “estações experimentais situadas em Água Preta”<sup>41</sup>. A sua indicação era uma mensagem com margens e expectativas destas elites provedoras daquela escola agrícola. Podemos imaginar como o exercício docente em Água Preta colocava em cena uma professora com a cor mais próxima daqueles alunos e distante do que representaria etnicamente as outras senhorinhas mestras colegas de Conceição que se formaram com ela nos meses anteriores àquela data. Além do mais, a escola era mista, rural e distante do centro de Ilhéus. Podemos assim ir problematizando as relações raciais, de gênero e classe. Não temos como precisar o tempo em que Conceição permaneceu naquela escola, mas sua atuação em Ilhéus, no primário, nas aulas de música e piano e na Piedade aparecem largamente citada nos jornais.

O projeto da escola rural após sua permanência fora elogiado. Em 1935 divulgou-se a utilíssima iniciativa do Instituto de Cacau posta em execução e, posteriormente, um curso para obtenção de certificados de capatazes agrícolas, feitores e administradores de fazendas de cacau, instalando também, no Campo de Experimentação Geral de Água Preta, uma escola de corte e alta costura. Em abril de 1939 a estação experimental foi citada como um modelo a ser seguido, tanto que, na região, o “Instituto do Cacau iria instalar uma nova Estação Experimental nos moldes de Água Preta”<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> FBN, Mensagens do Governador da Bahia para Assembléia (BA) - 1892 a 1930, 1926, ed0001.

<sup>42</sup> FBN, Bahia Tradicional e Moderna (BA) – 1939, ed. 0001.

A professora Conceição Lopes se constitui na exceção fenotipicamente retratada nos jornais comparando-a às suas pares na coluna social. No entanto, quando as pessoas que deveriam frequentar a escola da Estação Experimental eram retratadas, podemos perceber a questão racial de modo contrastiva, mas próxima às compleições étnicas de Conceição. Nas raras imagens no site do IBGE, no início da década de 1950, a Estação Experimental tinha cor definida, não-branca, e lugar, podando o cacau. Seguia-se assim o projeto educacional da elite cacauzeira e os planos para o controle da educação direcionada ao controles dos mundos do trabalho.

Conceição ocupou, em paralelo à docência, diversos cargos, tal como o pai falecido em 1948, Dr. João Baptista, único negro no mesmo ambiente. No entanto, embora fizesse parte do seletor grupo de “Damas da Caridade”, mulheres casadas e dedicadas à filantropia, ela não se casou e diante das senhoras esposas dos coronéis com filhos, diferenciou-se também por não ter aceitado, tacitamente, ser do lar nem o anonimato de uma docência primária como o fizeram suas colegas normalistas.

Conceição atuou como professora primária na Escolinha Pingo de Gente que funcionava nos fundos de sua casa na Avenida Soares Lopes, que posteriormente recebeu o nome de seu pai, onde atualmente se encontra o Edifício Mansão Anna Reis. Conceição foi à capital e Estudou na Escola de Música da Bahia e no seu retorno chegou a ser Diretora na seção de Ilhéus. Embora só os homens filhos dos coronéis fossem à capital estudar e voltar com diploma, Conceição quebrou mais esta regra, pois o curso que fez equivalia-se ao Ensino Superior em Música. Neste mesmo período foi presidente da Associação das Ex-alunas das Ursulinas, órgão fundado em 15 de novembro de 1951, no Instituto N. S. da Piedade de Ilhéus, por iniciativa da diretora, sendo a primeira presidente eleita e empossada. Ainda nos anos de 1950, o coral constituído de gentis senhorinhas esteve sob a direção da professora Conceição Lopes, tendo também executado vários números de seu repertório a filarmônica ali presente.<sup>43</sup>

O jornal *Diário de Ilhéus*, na data em que Conceição comemoraria 100 anos, atribuiu a ela tal afirmação comum sobre si mesma, que dizia ser “uma rainha negra entre os súditos brancos”<sup>44</sup>. Ao declarar-se negra para os que conviviam com ela, tomaremos esta categoria autoatribuída, o de negra. Isto não implica em desconsiderar uma miríade de outras

<sup>43</sup> CEDOC/UESC, Diário da tarde de Ilhéus, AS FESTAS do glorioso mártir. Diário da Tarde, Ilhéus, p. 4, 20 jan.1948. (UESC-CEDOC).

<sup>44</sup> CEDOC, Diário de Ilhéus, centenário de Conceição Lopes, dezembro de 2005.



categorizações complexas que iniciam-se por disputas e findam nas autoidentificações<sup>45</sup>. A despeito da descrição das fontes e leituras imagéticas das fotografias ou narrativas descritivas sobre Conceição Lopes numa conjuntura de guerras semânticas venceu a opção oriunda das fontes e com isto o direito à autodeclaração encontrada nestas.

No entanto, a auto atribuição de ser negra não deve seduzir de imediato a interpretações como as que o século XX nos legou, a partir dos anos de 1980, ligado apenas a quem encabeçou militância ou resistência sempre letrada e documentada como manifesto racial. O que Conceição pensava sobre sua cor, sobre os outros não-brancos da cidade em sua longa trajetória é passível de novas incursões e fontes a todo momento. Seus escritos darão novo texto.

A trajetória desta professora não se encontra escrita e trabalhada nas salas de aula como a maioria das docentes não-negras, mas limita-se, na primeira República, aos flagrantes imagéticos das fotografias ou às pesquisas que se valem da Memória e História Oral para acessar tais protagonismos. A trajetória de Conceição Lopes foi noticiada, sua vida pública pode ser acompanhada pelas fontes locais e regionais dada a sua singularidade de ser uma mulher negra entre as elites brancas, a única assumindo papéis num reduto de elites masculinas brancas.

Além de ter se tornado a grande organizadora de festas e dos eventos ilheenses, fora muitas vezes homenageada tal como demonstra o registro onde ela está entre Charles Henri e Lucílio Bastos. A foto pertence ao acervo pessoal de José Nazal Pacheco Soub, cedida para esta pesquisa:

---

<sup>45</sup> A percepção da controversa sobre as identidades (ou autodeclarações) raciais no Brasil talvez seja mais latente na experiência do censo de 1976 que nos dá 135 categorias de cor que os entrevistados usaram para nomearem-se racialmente (D'ADESKY, 2001).







Figura 1 - Entre os comunicadores Charles Henri e Lucílio Bastos. A foto pertence ao acervo pessoal de José Nazal Pacheco Soub. Figura 1- Maria Cleofa Pacheco Sá Barretto, Maria Albertina Gouvêa Pacheco, Juscelino Kubitschek, Maria Cecília Pacheco de Menezes, Maria da Conceição Soares Lopes e Aurelina Wyell Cardoso (da esquerda para a direita). Fonte: Acervo pessoal de José Nazal Pacheco Soub.

Nas fotografias aparece ao lado de JK ou nas ocasiões de gala, como no dia de São José, em 19 de março de 1954, numa importante solenidade pública em Itabuna. Conceição discursava num palanque em que, até então, somente homens brancos tinham voz<sup>46</sup>. A oradora em nome da elite ilheense inaugurava, em Itabuna, uma casa para a mendicância. Sua biografia é sinônimo de como uma mulher negra pode ousadamente ocupar o mesmo lugar em relações de poder hierárquicas. Ela foi além, atuou como secretária da Associação das Senhoras de Caridade Santa Isabel de Ilhéus, tornando-se presidente desta por 12 anos, assim como Secretária da Legião Brasileira de Assistência, Presidente de Honra do Conselho das Bandeirantes.

Em meio a isso exerceu o papel de professora de letras e piano e organizadora das festas da elite. Como escritora, mantinha uma coluna social à qual estranhamente assinava sempre com um pseudônimo de Rosana ou Úrsula Íris. Esta parte da vida de Conceição escritora, bem como seu eu poético, são pistas consistentes para entender como ela se via naquela sociedade, como lidou com os racismos, preconceitos, se foi “massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” ou se, neste caso, sua escrita pode traduzir suas experiências e como e quando ela tratou de “comprometer-

<sup>46</sup> CEDOC/UESC. Jornal O Intransigente. 20 de março de 1954. Ano XXVIII. n. 87, p. 1.



se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades<sup>47</sup>. Ingressou na vida política e logo foi eleita vereadora cujo mandato em Ilhéus ocorreu durante o governo do Prefeito Herval Soledade em sua primeira gestão, de 1956 a 1959. No anos 1960, em cartas inéditas, Conceição relembrou sua trajetória, que datava desde 1924, como “longa, difícil e bela viagem da concretização dos meus ideais”<sup>48</sup>, referindo-se ao início de sua vida na Escola Normal.

Parecia estar sempre à frente de seu tempo e no início da década de 1970 esteve à frente da Maternidade Santa Isabel na luta pela saúde da mulher e na primazia de ofertas de exames ginecológicos numa época de difícil acesso à assistência no parto por parte das mulheres pobres. Não há registro de sua vida afetiva em casamentos ou filhos naturais, mas criou o sobrinho João registrando-o como filho. Há lacunas que informam mais sobre sua vida afetiva que se constitui numa discussão mais ampla que evoca a importância da intersecção entre gênero, raça, idade e outros como causadores da solidão da mulher negra<sup>49</sup>. Foi na mesma maternidade que dedicou parte da sua vida que faleceu em 10 de junho de 1994.

## À guisa de uma inconclusão

A trajetória de Conceição Lopes evoca o que postula Bell Hooks em seus estudos quando analisa a interação da produção de conhecimento intelectual com a experiência pessoal. Podemos concebê-la como agência, protagonismo ou empoderamento? E, sem o risco de anacronismos, questionamos como conceitos contemporâneos podem ser tão elucidativos da trajetória de uma intelectual negra no século XX? E se, nesta perspectiva, ao fato da atuação desta mulher negra ter ocorrido justamente num dos cenários mais patriarcais, brancos, masculinos e elitistas como o dos coronéis do cacau da região de Ilhéus?

Conceição Soares Lopes foi múltipla por sete décadas: professora, diretora, pianista, organizadora de festas, oradora, banqueteira, musicista e vereadora. Sua permanência já se constituía numa luta pessoal. Ela viveu numa época em que os silêncios tácitos sobre a cor eram

---

<sup>47</sup> SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.p.18.

<sup>48</sup> MACEDO, Janete Ruiz de (org). Diocese de Ilhéus: 100 anos de história. Volume 1. Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC/UDESC). Ilhéus, Bahia: Editus, 2013, p. 254.

<sup>49</sup> Mulher negra: afetividade e solidão (2013), da pesquisadora Ana Cláudia Lemos Pacheco,



a regra, o que já causa impacto descritivo, e a multiplicidade de papéis ganha ainda mais força ao analisarmos as fotografias de sua vida pública.

Seus registros se dão como um testemunho ocular do exercício de poder e intelectualidade que sua presença impunha por muitas frentes de representação, a partir de marcadores sociais de raça, gênero e classe. As fontes sobre a vida de Conceição estão nos jornais, citada em duas dissertações, num livro de Cordel de uma autora regional, numa tese e num livro sobre a História Regional, no qual uma carta de sua autoria foi publicada. Nos anos em que estava atuante, a aparência de Conceição Lopes de cor preta e traços fenotipicamente inquestionáveis, como o cabelo crespo, não lhe permitiriam passar ao largo em outras designações que o racismo estrutural costumava embranquecer as pessoas da elite como parda ou morena. Ela parecia ter consciência de ser a exceção ao sentir-se uma “rainha negra entre os súditos brancos.”<sup>50</sup>

Como foi seu mandato como vereadora? O que diz seu eu-poético nos poemas? Quais sentidos atribuiu à criação da Festa das Flores em Ilhéus? As poesias publicadas por Conceição Lopes nos jornais de Ilhéus são passíveis de novas e fecundas análises, sua história de vida aponta para demanda por inclusão da temática da Lei. n. 10.639/03 sobre a trajetória das populações afro brasileiras. Cabe ainda destacar que, por ingressar no currículo regional, dialoga com os conceitos de decolonialidade<sup>51</sup> do ensino e o de interseccionalidade<sup>52</sup>.

A docência, por décadas, lhe rendeu a homenagem a uma rua, Rua Professora Conceição Soares Lopes e, somada ao nome do seu pai na Avenida Soares Lopes, intriga aos alunos da Educação Básica quando lhe são apresentados em aula as fotografias dos sujeitos tão afamados e a cor. Nisto problematizamos as subalternidades.<sup>53</sup>

A escrita, poesias e textos de Conceição Lopes constituem num amplo debate que não caberia nos limites deste texto. No entanto, destaco um excerto da escrita de si, são folhas datilografadas de Conceição Lopes (inéditas), que ela escreveu para os 60 anos da Piedade. Em 17 de setembro de 1967 Conceição refletiu sobre sua vida até ali e afirmou: “de minha parte,

<sup>50</sup> CEDOC – Diário de Ilhéus, 08 de dezembro de 2005.

<sup>51</sup> Sobre as Pedagogias Decoloniais ver mais em WALSH, Catherine (org.). Pedagogías decoloniales Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir TOMO I. Quito-Ecuador. Ediciones Abya-Yala, 2013.

<sup>52</sup> Conforme postula Crenshaw (2002, p. 177) a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

<sup>53</sup> SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.



aprendi a amar a vida com suas cores reais”<sup>54</sup>. Ela tinha consciência de seu lugar de excepcionalidade. Sua história de vida é parte da História da Educação de Ilhéus no século XX.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **A Exaltação das Diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2004.

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **A Educação em Itabuna: um estudo de organização escolar, 1906-1930**. Ilhéus - Ba: Editus, 186p. 2006.

BARBOSA, Carlos Roberto Arleo. **A rede pública de ensino médio em Ilhéus: análise de um trajeto histórico: décadas de 1940 a 1980**. 2001. (Dissertação), Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2001.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª ed. Ilhéus: Editus, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998.

CARVALHO, Philippe Murillo S. de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. Tese (doutorado) – UFBA: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.

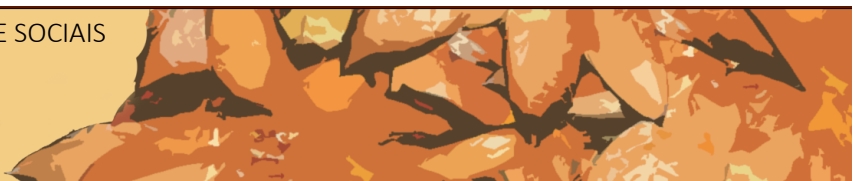
DOMINGUES, Petrônio. “Um Desejo Infinito De Vencer”: O Protagonismo Negro no Pós-Abolição. **Topoi**, V. 12, N. 23, Jul. Dez. 2011, p. 118-139

GONDRA, J. Medicina, Higiene e Educação Escolar. *In*: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.

GUIMARÃES, Antonio S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea – Revista**

<sup>54</sup> MACEDO, Janete Ruiz de (org). Diocese de Ilhéus: 100 anos de história. Volume 1. Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC/UDESC). Ilhéus, Bahia: Editus, 2013, p. 123-124.





**de Sociologia da UFSCar.** São Carlos, Departamento e Programa de Pós- Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

HEINE, Maria Luiza IME: **O sonho de Eusínio Lavigne 1939-1999: 60 anos de história.** Editus, 2000 136 p.il

HOOKS, Bell. “Intelectuais negras”. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJE, PPPCIS/UERJ, v. 3, n. 2, 1995.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In:* AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro história. *In:* BURKE, Peter (org.). **A escrita da história. Novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. Pág. 135-164.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LORIGA, Sabrina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, G. Gênero e magistério: Identidade, História Representação. *In:* CATANI, D. B. (org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.** São Escrituras Editora Paulo: 1997. .

LOURO, G. Mulheres na Sala de Aula. *In:* PRIORE, M. D. (org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

LUZ, José Augusto Ramos. **Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928).** (Tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, 2009.

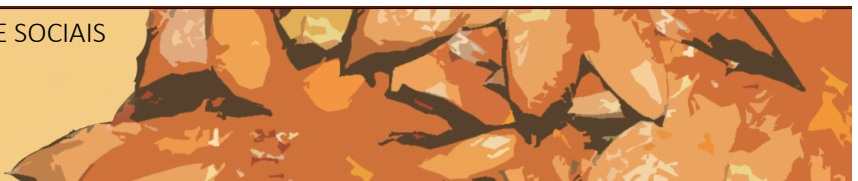
MACEDO, Janete Ruiz de (org) **Diocese de Ilhéus: 100 anos de história, volume I, Ilhéus, BA: EDITUS, 2013.**

MATTOS, Hebe. “Os combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros”. **Tempo**, Niterói, v. 3, n. 6, p. 119-138, 1998.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “Educação e trajetórias de negros na Bahia: inclusão, exclusão e resistência”. *In:* AMORIM, Lima Jr; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Educação e Contemporaneidade: processos e metamorfoses**”. Rio, Quartet, 2009.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. **A Cor da Escola – imagens da Primeira República.** Cuiabá/MT: EdUFMT/Editora Entrelinhas, 2008.

NOGUEIRA, Renée Albagli (coord.). **Histórias e memórias do centenário do Instituto Nossa Senhora da Piedade: 100 anos de existência 1916-2016.** - Ilhéus, BA: Editus, 2016. 240 p.





PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia**: o escoamento da produção cacauera no sul da Bahia (1920-1947). Tese (Doutorado): Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2018.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau**: negros em festas, sociabilidades e racialização no sul da Bahia (1870-1919). Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia**, Editus, 2019, 390 p. ISBN: 9788574555454/ ISBN: 9786586213218/ DOI: <https://doi.org/10.7476/9786586213218>

22

SILVA, Martha Raíssa Iane Santana da; GOMES, Larissa Pinca Sarro. A formação de professoras na Escola Normal Nossa Senhora da Piedade (1919 a 1925). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1664-1680, out./dez. 2020

SKIDMORE, Thomas. E. **Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir** TOMO I. Quito-Ecuador. Ediciones Abya-Yala, 2013.

## Fontes

### Acervo particular

Fotografia de José Nazal Soub. Disponível na página “Memória Visual de Ilhéus”. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/fotosdeilheus/> Acesso em 5 mai. de 2021.

### BPEBA – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

BPEBA, O Comércio, 24 de dezembro de 1924.

### CEDOC- Centro de Documentação e Memória Regional da UESC





Diário da Tarde de Ilhéus, 1948.  
O Intransigente. 20 de março de 1954  
Diário de Ilhéus, 08 de dezembro de 2005.

## **FBN – Fundação da Biblioteca Nacional**

FBN, Boletim da Sociedade Cacaueira, década de 1940.  
FBN, Correio do Povo: Orgam Independente, Noticioso e Informativo (BA) – 1925.  
FBN, Mensagens do Governador da Bahia para Assembleia (BA) - 1892 a 1930.  
FBN, Bahia Tradicional e Moderna (BA) – 1939, ed. 0001.

23

---

Recebido: 01 de agosto de 2023  
Aprovado: 23 de dezembro de 2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

